

# Corpo a Corpo

**D**epois de tentar, sem sucesso, quebrar as expectativas inflacionárias decorrentes da descontrolada desvalorização do real, o governo conseguiu esta semana mostrar iniciativa em várias frentes. Acertou as novas bases do acordo com o FMI, garantiu a aprovação das últimas medidas do ajuste fiscal, o que lhe deu condições de derrubar as cotações do dólar e dar combate à inflação.

A decisão de reduzir as alíquotas de importação de 180 produtos, entre alimentos e insumos industriais, e na área da saúde e da produção de medicamentos, marca nova atitude contra a remarcação de preços. Faz tudo para evitar que a liberação do câmbio crie uma espiral inflacionária. O efeito final seria a reivindicação da indexação dos salários e aluguéis, mas significaria a destruição do processo de estabilização inaugurado com o Plano Real.

O real foi desvalorizado para estimular as exportações e inibir as importações, pelo encarecimento dos produtos estrangeiros, sem risco de retaliação no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Já era tempo de que o governo utilizasse medidas administrativas compatíveis com o novo quadro da economia. O ministro Ciro Gomes adotou decisão semelhante decisiva em 94

(ao lado da valorização inicial do real) para tornar acessíveis os produtos importados e inibir manobras especulativas dos cartéis acostumados a manipular preços na hiperinflação.

Abandonada a política de valorização do real, cabe ajustar as tarifas de importação. Além de compensar o aumento dos custos de importação de produtos essenciais, como os insumos utilizados pela indústria farmacêutica, que vinha fazendo remarcações espantosas, a providência evitará que os cartéis recuperem poder manipulador.

O combate à inflação deve ser sem trégua e sem trincheiras. Não se deve voltar aos mecanismos de interferência do passado, cujo corolário é o controle de preços, pois a experiência do passado não deu certo. É preciso evitar acomodação cambial e monetária.

Segurar o câmbio ou elevar as taxas de juros para inibir as especulações com estoques são medidas de curta duração, pelos efeitos colaterais mais perversos que os resultados imediatos. A redução de alíquotas, neste caso, é mais eficaz, pois ataca diretamente os produtos e setores que são alvo de remarcações especulativas, sem causar danos aos demais setores da economia.